

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITO À DIVERSIDADE EM ESCOLAS DO CAMPO

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Vanusa Lima dos Santos Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Janaína Alves de Oliveira Serejo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados preliminares de um projeto de pesquisa em andamento no município de Vitória da Conquista, localizado na Bahia e tem como objetivo analisar o impacto das políticas educacionais do campo, que fazem parte do Plano de Ações Articuladas - PAR, implementadas neste município. O texto focaliza questões referentes a Educação Inclusiva, o direito a diversidade e o atendimento de necessidades individuais dos sujeitos inseridos nesta modalidade de educação, obedecendo o recorte temporal de 2010 a 2016. A pesquisa é de caráter qualitativa, de natureza exploratória, e, para análise dos dados, temos como referência a metodologia dialética. Nota-se que o município pode ser considerado como um cenário de educação campesina, uma vez que das duzentas e duas escolas existentes, cento e quarenta encontram-se localizadas na zona rural, sendo esta área formada por dezoito Círculos Escolares Integrados (CEIs) que atendem a oitenta e cinco escolas e dois Círculos de Nucleadas com quarenta e sete. Vitória da Conquista vem desenvolvendo ações que lidam com a educação inclusiva há vários anos. Entretanto, é no ano de 2008 que ocorre a adesão à política federal.

Palavras-chave: Diversidade; Escolas do campo; Políticas educacionais.

Introdução

Esse artigo traz os resultados preliminares de um projeto de pesquisa¹ em andamento, o qual tem como objetivo analisar o impacto das políticas educacionais do campo, que fazem parte do Plano de Ações Articuladas - PAR, implementadas nos município de Vitória da Conquista, localizado na Bahia, obedecendo o recorte temporal de 2010 a 2016. Enfoca-se, aqui, questões

¹ Projeto de Pesquisa intitulado: As políticas públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia. O referido projeto é financiado pela Universidade Estadual de Santa Cruz e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

referentes à educação inclusiva, tendo em vista a relevância da discussão frente à implementação das políticas públicas, para essa área da educacional, como uma proposta coletiva que é capaz de contribuir significativamente com a qualidade da educação, uma vez que visa desvelar as potencialidades e necessidades educacionais dos alunos dentro de uma diversidade de formas de organização escolar.

A Educação Inclusiva se expandiu no Brasil a partir da década de 1990. De acordo com Lima e Mendes (2008) esse discurso tem se consolidado no Brasil, baseado no ideário neoliberal, em consonância com os organismos multilaterais. Emerge com as conquistas das pessoas com deficiência que se organizaram e conquistaram direitos individuais e coletivos, expressos na Constituição de 1988 (Art. 208), onde assegura o atendimento educacional a esse alunado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Tal direito transformou-se em Lei com a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino - LDBEN 9394/96, por ter a Educação Especial como uma modalidade de ensino, assim explicitando o Art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A partir do disposto na LDB 9394/96, esse direito vem sendo paulatinamente garantido nas escolas, respeitando os limites e especificidades de cada região, mas é a partir do governo Lula que a educação inclusiva torna-se uma política de âmbito nacional. É no primeiro ano do seu primeiro mandato que surge a política “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos através de processos de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros (BRASIL, 2003).

Em 2007, o programa passa a fazer parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que “aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em

desenvolvimento pelo MEC” (SAVIANI, 2009, p.5). Neste plano é organizada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (2008) que trata-se de um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Educação Especial-SEESP/MEC, nomeado pela Portaria n° 555, de 5/07/2007, e prorrogada pela Portaria n° 948, de 09/10/2007.

De acordo com o PDE, a Educação Inclusiva tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2008, p. 8).

No Plano Nacional de Educação – PNE, previsto para o período de 2011-2020 também faz referência à Educação Inclusiva, definindo como meta:

1.9 Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (grifo nosso), assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil (BRASÍLIA, 2001).

Os processos de inclusão exitosos pressupõem *a priori* que problemas de acesso tenham sido equacionados, e que a educação de qualidade seja uma meta destinada a todos os alunos. No caso dos países cuja conquista pela universalização da educação é muito recente, como é o caso brasileiro, as metas seguintes devem perseguir a qualidade, e oportunizar um atendimento adequado aos alunos com deficiência. Diante disso, na pesquisa realizada por Caiado e Laplane, (2008) foi constatado que a escola que temos ainda não consegue referir este padrão para todos os alunos, tornando-se um desafio maior adequar-se àqueles que apresentam diferenças constitutivas significativas, como é o caso dos alunos com deficiência.

Atualmente, a política de Educação Inclusiva tem como objetivo apoiar a formação de gestores e educadores para transformar os sistemas de ensino em ambiente inclusivos. As ações para que tal objetivo seja atingido são:

- 1 – Realização de seminários nacionais para formação de coordenadores municipais e dirigentes estaduais;
- 2 – Prestar apoio técnico e financeiro e orientar na formação de gestores e educadores dos municípios pólos e de abrangência;

3 – Disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional (www.portal.mec.gov.br).

Aspectos Metodológicos

O percurso metodológico foi apoiado na abordagem qualitativa, de natureza exploratória. Segundo Bogdan e Biklen (1982), essa metodologia envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar as questões relacionadas à escola. Para o aprofundamento da pesquisa e análise dos dados temos como referência a metodologia dialética visto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20).

Apesar de a nossa pesquisa ter como lócus três municípios baianos, recortamos nesse texto apenas os dados que dizem respeito a Vitória da Conquista, tendo em vista que a coleta de dados no mesmo se encontra em fase mais avançada.

Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica e documental das políticas públicas que estão sendo implementadas no município, observando quais os objetivos, os pressupostos teóricos que as fundamentam, e como estão estruturadas nas instâncias Federal, Estadual e Municipal. Para verificar o resultado obtido com a implementação das políticas educacionais do PAR, tanto do ponto de vista da secretaria municipal de educação como na visão dos sujeitos da comunidade escolar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em cinco escolas do campo, das quais, duas são quilombolas, no intuito de coletar dados sobre o funcionamento das políticas públicas nas escolas municipais. Também aplicamos questionários de questões abertas e fechadas aplicados aos diretores, professores e coordenadores das escolas do campo no município pesquisado, num total de quarenta e quatro (44) questionários os quais serviram para investigar aspectos sobre a implementação das políticas educacionais e profissão docente, tais como: formação inicial e continuada, planejamento escolar, gestão escolar, infraestrutura e concepção de educação do campo. Os nomes dos sujeitos e da escola utilizados na pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos mesmos. Apesar do acervo de material adquirido na pesquisa, nesse trabalho trataremos apenas dos dados preliminares sobre a educação inclusiva.

Resultados da Pesquisa

Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do Estado da Bahia e a quarta do interior do Nordeste. A educação é um dos principais eixos de destaque do município, sendo que a SMED é composta por 202 unidades escolares, assim distribuídas:

Tabela 1 - Escolas Municipais em Vitória da Conquista/BA

	Zona Urbana	Zona Rural	Total
Educação Infantil	21	01	22
Ensino Fundamental Anos Iniciais	41	139	180
Total Geral	62	140	202

Fonte: Dados fornecidos pelo Setor de Estatística e Legalização da SMED, 2017.

Diante do exposto, nota-se que o município de Vitória da Conquista pode ser considerado como um cenário de educação campesina, uma vez que das 202 (duzentas e duas) unidades escolares, 140 (cento e quarenta) encontram-se localizadas na zona rural. No geral, são mais de 41 (quarenta e um) mil alunos atendidos por 1.785 (hum mil setecentos e oitenta e cinco) professores, entre contratados e efetivos na rede municipal de ensino. Vale ressaltar que a Zona Rural é formada por 18 (dezoito) Círculos Escolares Integrados (CEIs) que atendem 85 (oitenta e cinco) escolas e 2 (dois) Círculos de Nucleadas com 47 (quarenta e sete) escolas acolhidas, conforme apresenta a tabela abaixo:

Tabela 2 – Organização das Escolas do Campo em Vitória da Conquista/BA

Círculos Escolares Integrados		
Nº	Escolas	Número de escolas atendidas
01	Assentamento Chapadão	05
02	Assentamento Sede	08
03	Bate pé	06
04	Cabeceira	06
05	Campo Formoso	07
06	Capinal	08
07	Cercadinho	02
08	Dantelândia	04
09	Estiva	03

10	Gameleira	08
11	Iguá	04
12	Inhobim	03
13	José Gonçalves	03
14	Limeira	09
15	Pradoso	06
16	São João da Vitória	04
17	São Sebastião	02
18	Veredinha	05
Total de Escolas pertencentes aos CEIs		93
Nucleadas		
01	I	23
02	II	24
Total de Escolas pertencentes às Nucleadas		47
Total Geral de Escolas na Zona Rural		140

Fonte:Dados fornecidos pelo Setor de Estatística e Legalização da SMED, 2017.

Nas Escolas Nucleadas as turmas são todas multisseriadas. Já nos CEIs, das 209 (duzentas e nove) turmas do Segmento I, 127 (cento e vinte e sete) são multisseriadas. (SMED, 2016).

Vitória da Conquista vem desenvolvendo ações que lidam com a educação inclusiva há vários anos. Entretanto, no que se refere à adesão à política federal dessa política educacional, em 2008 foi assinado o convênio de nº 816039/2008, pelo então prefeito, José Raimundo Fontes e o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE para a execução de ações referentes à “Formação de professores/profissionais de serviços do apoio escolar”. Nessa ação o município se compromete na subcláusula única a:

Dar ampla divulgação da ação de formação continuada de professores em todas as escolas da rede pública, informando a organização do curso (horário, local, período, carga horária, programação, etc.), o período de inscrição e os critérios de seleção de candidatos;

Instituir frequência mínima obrigatória para os programas de formação continuada de professores, a ser observada como critério de avaliação do rendimento dos cursandos e requisito para obtenção de certificado (...) (– VITÓRIA DA CONQUISTA, 2008).

A liberação de recursos, conforme os termos do convênio é em conta específica, e a prestação de contas deve acontecer em tempo determinado.

Segundo a coordenação do núcleo de inclusão de Vitória da Conquista,

A política Nacional de Educação Especial foi instituída a partir do princípio básico de que o aluno é capaz de aprender, conviver e desenvolver sua autonomia, dessa forma, rompendo com estigmas e concepções padronizadas e sobretudo, buscando reconhecer as diferenças dos alunos diante do processo educacional. Buscando identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que eliminem as barreiras que limitam a plena participação dos alunos com necessidades educacionais especiais (COORDENAÇÃO DE INCLUSÃO – SMED, 20/09/2012).

O referido município em 2012 se caracterizava como município Pólo, atendendo respectivamente a 54 municípios da Bahia, cujo número pretendido de participantes de acordo com o Plano de Trabalho do programa é de 180, sendo dois (2) por município da abrangência, quarenta (40) participantes do município pólo e trinta e dois (32) das instituições de apoio à inclusão de pessoas com necessidades especiais (APAE, ACIDE, CONQUISTA DOWN, LYONS, NAI).

Constam ainda no Plano de Trabalho do município os seguintes objetivos:

Disseminar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no município-pólo e nos municípios de abrangência;
Formar professores e gestores por meio da ação-reflexão-ação sobre educação especial, na perspectiva da educação inclusiva para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais;
Implementar novas formas de relação professor/aluno, aluno/aluno e outros, em ambiente mais democrático, mais participativo, percebendo a inclusão de forma mais aberta e responsável (PLANO DE AÇÃO SMED, 2009).

A metodologia desenvolvida na implementação da ação trata-se de conferências, oficinas e mesas redondas e/ou temática, com carga horária de 40 horas distribuídas em uma semana de curso, e o referencial teórico proposto na justificativa tem como pressupostos o interacionismo de Piaget. Com as mudanças na política nacional, tem havido muitos avanços, segundo a coordenação da Educação Inclusiva da SMED:

Os avanços foram significativos. Podemos observar isso a partir da inserção dos alunos especiais nas escolas comuns, conforme vem indicando o senso escolar nas últimas décadas. Temos o registro desse crescimento em todas as escolas da rede.

Para garantir o acesso e a permanência desses alunos, as escolas contam com o apoio da Secretaria Municipal de Educação através da equipe de inclusão, cujos profissionais são responsáveis pela formação dos professores, além de acompanhar o controle da matrícula e participar do processo de adaptação de alguns desses alunos quando necessário, prestando orientação as famílias e a escola e procedendo com encaminhamentos para instituições parceiras, caso seja identificada essa necessidade (trecho da entrevista realizada na pesquisa de campo).

Com base no relatório de atividades desenvolvidas no Programa, no período de 2009-2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração do projeto de educação inclusiva; reunião com diretores; coleta e organização dos dados dos alunos com necessidades educacionais especiais presentes nas escolas, visita escolar; visita à instituições; formação continuada com os cuidadores de alunos com auto comprometimento físico, visual e sensorial; formação continuada e acompanhamento do trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais; curso de formação continuada para professores de alunos com deficiência intelectual e autismo; acompanhamento da produção de móveis e indicação de materiais pedagógicos adaptados; encaminhamentos de alunos para instituições e serviços especializados; elaboração da resolução para a educação especial; curso de formação continuada para professores de alunos com surdez e avaliação da terapeuta ocupacional.

Observa-se, então, que além da formação estipulada no convênio assinado em 2008, a SMED realizou outras ações no programa. No que se refere à sala de recursos multifuncionais, de acordo com a coordenação do Programa na secretaria municipal de educação, trata-se dos seguintes objetivos:

Apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e na oferta do atendimento educacional especializado, além de contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino, produzindo e organizando serviços e estratégias que assegurem os meios, modos e formatos de comunicação e de acesso à informação e ao conhecimento (COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – SMED, 2012).

Segue abaixo uma tabela, fornecida pelo setor de inclusão da SMED, com a relação de escolas e o número de alunos atendidos pela Educação Inclusiva na educação municipal de Vitória da Conquista, entre o período de 2009 – 2012.

Tabela n. 1 – Atendimento da Educação Inclusiva na rede municipal de educação

ESCOLAS DA ZONA URBANA	Número de alunos atendidos				Nº de professores/Facilitadores			
	Nome da Escola	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011
Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire	09	12	19	21	03	03	03	07
E. M. Professora Ita David de Castro	-----	-----	-----	10	-----	-----	-----	01
E. M. Maria Célia Ferraz	-----	26	12	12	01	01	01	01
E. M. Padre Aguiar	-----	14	-----	23	01	01	01	01
E. M. Maria Rogaciana	-----	-----	16	14	-----	01	01	01
E. M. Frei Serafim	-----	13	27	17	01	01	01	01
E. M. Maria Santana	-----	-----	-----	22	-----	-----	-----	01
E. M. Professora Iza Medeiros	-----	09	19	14	02	01	01	01
E. M. Professora Edivanda Maria Teixeira	-----	-----	17	-----	-----	01	01	-----
E. M. José Mozart Tanajura	-----	06	11	16	-----	01	-----	01
E. M. Zélia Saldanha	-----	-----	-----	-----	-----	-----	01	-----

Fonte: SANTOS (2013).

ESCOLAS DA ZONA RURAL	Número de alunos atendidos				Nº de professores/Facilitadores			
	Nome da Escola	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011
E. M. José Rodrigues do Prado	-----	32	32	23	01	01	01	01

Fonte: SANTOS (2013).

Atualmente, o município tem 840 alunos matriculados com necessidades educacionais especiais, e quando existe necessidade de cuidadores, a SMED contrata pessoas para desenvolver esse trabalho, e auxiliar os docentes no acompanhamento desses alunos em classe, sendo que em 2012, o número de pessoas exercendo essa função é de 41. Quanto à formação continuada, em 2012, foi feita a formação continuada de 85 professores que possuem alunos com deficiência intelectual; 31 que tem alunos com deficiência visual; 24 que atendem alunos com deficiência visual e por fim, 30 professores que tem alunos com deficiência física. O total de profissionais com formação continuada nessa área é de 170 professores. Segue abaixo, trechos das entrevistas realizadas com os sujeitos, onde eles mencionam a opinião sobre o funcionamento do programa de Escola Inclusiva na rede municipal:

Aqui na escola a professora [...] que atua na sala e, este ano, está atendendo alunos também de outras escolas. Têm muitos casos de alunos que o professor percebe na sala de aula que têm algum distúrbio psicológico seja na área emocional ou déficit

intelectual, retardo mental que os pais falam, mas não têm um laudo e mesmo assim ela dá a assistência (VICE-DIRETORA DA ESCOLA AZUL, 04/09/2012).

A inclusão funciona. Concentramos em uma sala de aula os alunos que têm surdez. Eles ficam juntos e todos os dias têm uma intérprete ao lado do professor. Ela fica de segunda à sexta-feira e no sábado ela está na escola Zica Pedral. Ela também dá um suporte na sala de Recursos Multifuncionais, três vezes por semana, à tarde. Os alunos surdos estudam pela manhã e à tarde recebem orientação para fazer as tarefas, na sala de Recursos Multifuncionais. Além da intérprete tem mais duas auxiliares. Nessa parte da Educação inclusiva estamos bem amparados, inclusive, temos duas funcionárias. Encaminhamos para as psicólogas os alunos hiperativos. Elas trabalham junto com a família, trazem a mesma para a escola. A sala de Recursos Multifuncionais está funcionando. No início do ano eu tive um problema e a Secretaria de Educação se dispôs a colocar a intérprete. Tem uma mãe aqui na escola que cobra muito aí eu estive com ela na Secretaria e através dessa iniciativa a intérprete está hoje na sala de aula. A Secretaria é que paga a intérprete. Essa mãe acompanha tudo de perto e nos ajudou na seleção, indicou pessoas, porque o filho dela veio de uma escola do estado onde era acompanhado. A Educação Inclusiva aqui está tranqüila (DIRETOR DA ESCOLA LARANJA, 11/09/2012).

Temos um aluno com deficiências múltiplas. Tem uma cuidadora que fica na sala comigo, trabalhando com o aluno. Ele faz a mesma atividade que faço com os outros alunos porque ele não pode ficar inerte à situação que está acontecendo na sala, porque se não fosse assim não seria inclusão. Seria uma inclusão disfarçada. Eu pego um livro e dou para ele, ele não lê, não fala, mas compreende o que falamos com ele. Ele olha a capa do livro e verifica se todo mundo está com a mesma capinha dele porque ele é muito esperto e a cuidadora fica lá me ajudando com ele. Ele faz umas tarefas como: pintura, tenta percorrer caminhos, uma vez que ele não consegue, mas eu trabalho e a cuidadora está sempre lá me ajudando com ele na sala de aula (PROFESSORA DA ESCOLA LARANJA, 11/09/2012).

A Educação Inclusiva melhorou bastante. O processo de implementação foi um pouco lento respondendo pela escola que tem uma sala de Recursos Multifuncionais. A Educação Inclusiva como um todo dentro da Secretaria Municipal de Educação ainda acho que deixa muito a desejar. As coordenadoras estão muito preocupadas com a Política Pública da Educação Inclusiva, mas essa preocupação não atende tanto as necessidades que as crianças têm nesse momento. Em contrapartida, este ano está em funcionamento o Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Adolescente/ CAPS IA que começou a funcionar agora. Estou encaminhando algumas crianças junto com a sala de Recursos Multifuncionais. Isso faz parte da Educação Inclusiva na minha concepção porque o momento em que a equipe detecta junto com os professores, coordenação e direção da escola um problema com uma criança, seja de caráter emocional, comportamental ou até outro tipo de deficiência, tem autonomia para orientar a família (COORDENADORA DA ESCOLA LARANJA, 11/09/2012).

Nos anos anteriores foram realizados encontros com os professores em caráter de oficinas que foram muito criticados porque não davam conta de atender as necessidades dos professores. Explicando melhor: tinha muitas questões teóricas, mas não tinham oficinas temáticas que atendessem de fato as nossas necessidades. Tenho um aluno com paralisia cerebral. Que atividades poderíamos inserir para que o aluno se sentisse de fato incluído na sala de aula? Isso eu ainda critico, reivindico e questiono. Todas as vezes que tenho a oportunidade eu faço. A Educação Inclusiva na Secretaria Municipal de Educação tem que ter uma parceria mais de perto com o professor. A parceria que ela tem é solicitar durante um tempo no ano. Eu percebo assim, como são muitas escolas ela não dá conta. Eu faço essa leitura. As coordenadoras deram uma formação no período de três a quatro meses, onde cada curso estava relacionado a uma deficiência visual, auditiva, algo mais teórico. Eu travo uma briga de certa forma, questionando porque não se oferece atividades diversas (COORDENADORA DA ESCOLA LARANJA, 11/09/2012).

A escola tem a Sala de Recursos Multifuncionais que é uma política do Governo Federal voltada ao trabalho com as crianças que têm alguma deficiência. Temos uma professora psicopedagoga que atende essa escola e mais duas do entorno (DIRETORA DA ESCOLA VERDE, 04/09/2012).

Tem acontecido muito pouco. Eu acho que essa questão de inclusão, inclusive até existia um núcleo específico pra isso antes, como tinha na questão da diversidade, núcleo racial, na secretaria de educação, não sei o porquê, não sei se por ignorância, que eu não saiba, pra mim acho que acabou. Foi extinguido na secretaria. Não sei se estou desinformado nesse sentido, mas acho que a questão de diversidade, de inclusão, deve ter um olhar mais atento, não só do município, no geral, existem algumas ações, mas são ações muito pequenas, talvez não tenha surtido, assim efeito, no final (COORDENADOR DA ESCOLA AMARELA, 12/09/2012).

Com a implantação da sala de recursos multifuncionais em algumas escolas, esses alunos recebem atendimento educacional especializado no turno oposto ao da escolaridade, atendimento esse que investiga suas dificuldades e busca identificar suas possibilidades de aprendizagem, melhorando dessa forma o desempenho dos mesmos na escola. A sala de recursos deve estar bem articulada com todos os profissionais envolvidos no processo: a professora regente, direção e coordenação de forma a garantir a inclusão (COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – SMED, 20/09/2012).

Ainda registra-se a opinião de outros atores desse cenário apontando alguns entraves e lacunas deixados pelas políticas públicas para sua atuação com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas do campo do município. Seguem falas destes atores.

Pouco, geralmente, nunca, mas a gente adéqua, faz as concessões de acordo com a realidade da turma porque mesmo sendo no campo, cada escola tem uma realidade diferente, o ritmo dos alunos é diferente, o aprendizado é diferente, então cada escola tem uma realidade, a gente, eles vão passando as sugestões de atividade, os debates que a gente faz durante o planejamento. (PROFESSORA DA ESCOLA AZUL – SMED, 20/09/2012).

Tem... é uma menina. Quero dizer, mas não é uma deficiência, porque tem várias, ela tem laudo, mas ela não... ela completa o ano normalmente, porém eu tenho outro que você olha assim, você percebe que ele tem problema, mas a mãe fala que não, que já levou no médico, não tem laudo, que o médico falou que ele não tem laudo, que ele é normal, mas você sabe que ele não é normal. (PROFESSORA DA ESCOLA AZUL – SMED, 20/09/2012).

De acordo com as observações acima, verifica-se que as ações da SMED sobre o referido Programa vêm acontecendo normalmente, como propõe a legislação federal. Porém, ainda existe a necessidade de ampliação do atendimento para a zona rural, bem como a diversificação de atividades práticas e teóricas na formação de professores. As preocupações na implementação dessa política no município, com base na fala dos sujeitos, apontam para a superação do que Mantoan (ano?) define como integração, na qual trata-se apenas da inserção dos alunos com necessidades educacionais no contexto escolar, tendo estes que se adaptar à escola. A perspectiva implementada é a da inclusão, a qual é mais humana e vai além da integração, pois, nesse caso, é a escola que deve se adaptar às necessidades dos educandos, dando-lhes condições de viver as suas diferenças, superando as dificuldades, e tendo mais condições reais de exercerem a cidadania.

Outro elemento que ajuda nas condições de inclusão no município é a parceria com o governo federal, na obtenção de recursos para a acessibilidade, que vêm diretamente para as escolas, nas suas contas do Caixa Escolar, cujo objetivo é a adequação dos espaços físicos e compra de mobiliário e material didático acessível. De acordo com informações da SMED, em 2009, 5 escolas receberam esse recurso, em 2010, mais 10 escolas receberam, em 2011, 10 escolas puderam também contar com esse recurso e, por fim, em 2012, 09 escolas também foram contempladas.

Conclusão

Com o desenvolver desta pesquisa é possível sinalizar alguns aspectos relevantes que se desvelam já na coleta de dados. Podendo assim evidenciar alguns avanços e retrocessos no processo de implementação das políticas educacionais do campo, que fazem parte do Plano de Ações Articuladas - PAR, neste município.

No tocante a educação inclusiva, dentre estes avanços e retrocessos, podemos “sinalizar” como avanços: mais acessibilidade e atendimento às necessidades das escolas; melhorias na parte física, na merenda, na oferta de vagas, no transporte escolar; melhoria nos recursos tecnológicos e nas salas de leitura; preocupação de letramento dos alunos com novos métodos de ensino e com a formação dos professores; implementação de salas multifuncionais; laboratórios de informática

e projetos de intervenção; preocupação com os alunos que precisam de atendimento especial, tanto nos aspectos pedagógicos como de saúde; mais desenvolvimento intelectual dos alunos devido à implementação das políticas educacionais.

Da mesma forma, os **retrocessos** precisam ser sinalizados: falta de uma proposta pedagógica que explicita a organização do trabalho pedagógico, com tempos e espaços de aprendizagem, e fundamentação teórica para direcionar o trabalho da rede municipal de educação; a SMED propôs muitos programas, porém, não deu conta de acompanhá-los de forma satisfatória; houve descontinuidade do que vinha sendo trabalhado pela gestão anterior; apesar de ter havido uma melhora, ainda predomina o baixo rendimento dos alunos; falta de um trabalho pedagógico que leve em consideração e valorize a Educação do Campo; não acompanhamento do setor de legalização sobre o desempenho dos alunos, ocasionando a falta de providências junto às escolas que apresentam baixo rendimento; falta de rigorosidade no acompanhamento pedagógico; falta de compromisso dos gestores de algumas escolas que não cumprem o seu papel na implementação das políticas públicas nas unidades escolares; a autonomia da gestão democrática tem tornado a SMED refém das escolas, que, às vezes, mesmo estando ciente de alguns problemas, precisa de relatórios dos gestores para tomar as providências cabíveis entre outros

Referências:

BOGDAN, Roberto C. & BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria dos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, citado in LIMA, Paulo Gomes. Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional. Campinas, SP: (s.n), 2001.

BRASIL. Senado Federal. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96.
_____. Senado Federal. Constituição Federal de 1988

_____. Decreto n. 6253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamenta a Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 08/10/2012.

_____. PARECER CNE/CEB Nº: 4/2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

_____. Decreto nº 7.352/2010. Diário Oficial da União de 4/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

_____. Decreto Presidencial Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Guia de programas. Brasília, DF, jun., 2007.

_____. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008(*) Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Educação Básica. Resolução n.1 de 03 de abril de 2002, estabelece Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo, publicada no Diário Oficial da União. Brasília-DF: Gráfica do Senado, em 09 de Abril de 2002.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: Presidência da República; Câmara de Re-forma do Estado, 1995. BRASIL/INEP/MEC. Censo Escolar. Brasil, 2009. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Escola Ativa: orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. Roteiro para adesão escolas Mais Educação. Disponível em: https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&site=&source=hp&q=roteiro+para+ades%C3%A3o+escolas+mais+educa%C3%A7%C3%A3o&oq=roteiro+para+ades%C3%A3o+&gs_l=hp.1.0.0j0i30.1861.7462.0.9036.20.13.0.7.7.0.188.1972.3j10.13.0...0.0...1c.4vBvbltL4

_____. Ministério da Educação. Programa Pró Letramento: Programa de formação continuada dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17085&Itemid=834

_____. Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em:

(http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=817)

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Educação Básica. Resolução n.1 de 03 de abril de 2002, estabelece Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo, publicada no Diário Oficial da União. Brasília-DF: Gráfica do Senado, em 09 de Abril de 2002.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2003/2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Ministério da Educação. Censo escolar. MEC/INEP, 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm>. Acesso: 20 maio 2007. BRASÍLIA. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar; n. 436).

CAIADO; Kátia R. Moreno; LAPLANE, Adriana Lia F. de. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**, uma análise a partir da visão de gestores de um município pólo. 31ª Reunião da ANPED, 2008. realizado no dia 18 de setembro de 2005. Vitória da Conquista, texto reproduzido em xerox, 2005a.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. *Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688>.

FARIAS, Magno Nunes; SILVA, Wender Faleiro da. Relações identitárias dos formadores de professores com a licenciatura em educação do campo. *Práxis Educacional*, v. 12, n. 23, p. 353-375, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/918>.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Paz e Terra: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Arlete Ramos dos. Análise do impacto das políticas educacionais do município de Vitória da Conquista –BA. Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista. 2013.

SANTOS, Kátia Silva; BAPTISTA, Claudio Roberto. Novos 'referenciais' cognitivos e normativos para a política nacional de educação especial no Brasil. *Práxis Educacional*, v. 10, n. 16, p. 15-33, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/760>.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Vitória da Conquista). Núcleo Pedagógico da Smed. **Proposta Pedagógica do Município de Vitória da Conquista: Ciclos de formação humana**. Versão preliminar. Proposta apresentada ao coletivo de professores de 5ª a 8ª séries, para discussão no Seminário para expansão de Ciclo III, 186

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Proposta Pedagógica do município de Vitória da Conquista: Ciclo de Formação Humana. 2007. Disponível em: www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=60550 Acesso em: 14/07/2012.

_____. Núcleo Pedagógico da Smed. **Cartilha tira-dúvidas: Ciclo de Formação Humana**. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2005b.

_____. **Educação Inclusiva: Síntese do relatório das ações desenvolvidas**, 2009.

_____. **Plano de Trabalho do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. 2009.